PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DAPEN
05.7.19
A 56

*Ofº nº **2323/MAP** – 15 JUL 05*

Exma. Senhora
Secretária-Geral da Assembleia
da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 4559	06-05-05	Registo nº 1284-	06-07-2005

ASSUNTO: **RESPOSTA REQUERIMENTO N.º389/X (1ª) – AC DE 1 DE JUNHO DE 2005DO SENHOR DEPUTADO ÁLVARO CASTELLO-BRANCO (CDS-PP) - FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA**

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 1894 de 15 de Julho de 2005, do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Com os melhores cumprimentos,

Pel'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
4014
Gabinete da Secretária-Geral
19/07/05
Proc.º n.º 3

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - PORTUGAL * Telef: + 351 21 392 05 00 Fax: + 351 21 392 05 15

1894 JUL 15'05

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Proc. 57

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 2206

Data 15 / 7 / 2005

Exmª Senhora
Chefe do Gabinete do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 389/X/(1ª) – AC DE 1 DE JUNHO DE 2005
FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Em resposta ao requerimento referido em epígrafe, veiculado pelo ofício nº 1248/MAP, de 2005.06.06, encarrega-me o Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de enviar a seguinte informação:

As profundas condições de seca que afectam Portugal, têm sido acompanhadas com preocupação pelo Governo que já adoptou várias medidas que actuam aos vários níveis, com o objectivo de minorar os efeitos nefastos da seca.

No que à agricultura diz respeito, as medidas adoptadas, que foram negociadas com a Comissão da EU e amplamente divulgadas ao sector agrícola, incluem vários mecanismos, uns compensando directamente as situações mais graves, outros flexibilizando mecanismos comunitários e outros, ainda, criando disponibilidades de financiamento para adaptações estruturais e de relançamento da actividade.

O Governo Português não pediu que o Fundo de Solidariedade da União Europeia fosse accionado, uma vez que este fundo, tal como está desenhado, não permite compensar os prejuízos sofridos pelos agricultores pelos efeitos de seca prolongada que se verifica em Portugal.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

(Rui Ribeiro do Rosário)

AB/ls

Tel.: 21 323 4637/9; Fax: 21 323 4603; Praça do Comércio – 1149-010 Lisboa